

# Ata de Reunião (Extraordinária) - 10 de maio de 2005

por Cep — publicado 11/05/2005 00h00, última modificação 11/12/2014 14h06

## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2005

Local: SAS Quadra 6, Bloco O, sala721, Brasília, DF

Presentes:

Antoninho Marmo Trevisan  
Cármem Lúcia Antunes Rocha  
Fernando Neves da Silva  
João Camilo Penna

Ausente, justificadamente:

Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares

1. Fernando Neves agradeceu a presença do ministro Romero Jucá, esclarecendo que à Comissão de Ética Pública - CEP compete examinar situações que suscitam conflitos de interesses e apresentar recomendações para preveni-los. Especificamente em relação à Declaração Confidencial de Informações – DCI apresentada pelo ministro Jucá, observou que as informações nela registradas não são suficientes para a CEP cumprir com tal obrigação, motivo pelo qual considera de especial significado a presença do Ministro para complementar as informações e elidir dúvidas, em especial quanto aos seus interesses, de familiares e de pessoas ligadas a ele, que possam suscitar conflito com o exercício das atribuições da função pública. Em seguida, passou a palavra ao ministro Romero Jucá.

2. Romero Jucá começou por registrar que desde que assumiu o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social vem sendo atacado por adversários políticos e setores da imprensa com acusações e informações, que mesmo não sendo verdadeiras, constituem-se em transtorno e em agressão a si e à sua família. Apresentou à CEP cópia da sua Declaração de Imposto de Renda, do Exercício 2005 – DIRPF/2005 e o Ofício nº 98, de 10.5.2005, com outras informações, sobre as quais teceu considerações de ênfase.

3. O presidente da CEP passou a palavra aos demais integrantes da Comissão, que assim se posicionaram:

3.1 Antoninho Trevisan: Perguntou ao ministro se ele entendia possível cumprir sua missão como ministro da Previdência, dada a extensão das denúncias contra sua pessoa.

3.2 João Camilo Penna: Fez uma digressão sobre a importância e grandiosidade dos números do Ministério da Previdência Social - MPS, apresentando dados da execução orçamentária do Tesouro Nacional, como forma de bem caracterizar a grande tarefa de um Ministro da Previdência Social. Informou que, pelo Boletim do Tesouro, a Previdência utilizou cerca de 45% dos gastos do Governo Central no 1º trimestre de 2005, apresentou déficit de cerca de 30% do seu orçamento próprio, equivalente a 2% do PIB. Comentou, ainda, que a Previdência trabalha com 23 milhões de beneficiários e cerca de 40 milhões de contribuintes e que seu Produto é Dinheiro, fluido e volátil. E que sua organização administrativa e operacional não está à altura destes números, há freqüentes erros nos processos e a três por dois noticia-se a existência de quadrilhas internas apropriando-se de milhões e até de bilhões. E, de outro lado, cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade, enquanto há uma imensidade de reivindicações na justiça, ao

lado de enormes créditos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS não recuperados. Em seguida, perguntou ao ministro Jucá se ele se via com força moral para fazer frente aos requerimentos do exercício da função, sobretudo por estar sob investigação de diversos órgãos e entidades do próprio governo.

3.3 Cármen Lúcia Rocha: Acentuou que não é papel da Comissão examinar aspectos jurídicos, mas aspectos estritamente éticos. Registrou que causou espécie a demora do ministro em apresentar sua DCI à CEP, instrumento imprescindível para a identificação de situações que suscitem conflitos, e quando o fez, tê-lo feito de forma incompleta. Considerou imprescindível que o ministro Romero Jucá revele, adicionalmente, todos os aspectos da sua vida pessoal, de familiares e pessoas do seu grupo político que possam suscitar conflitos éticos. Só a partir daí a Comissão poderá avaliar a possibilidade de medidas que se demonstrem suficientes para prevenir esses conflitos enquanto na função pública. Pediu respostas contundentes do ministro às denúncias e absoluta transparência.

3.4 Fernando Neves considerou, refletindo a posição dos demais integrantes da Comissão, que as informações prestadas pelo ministro, seja por meio da DCI, seja pelo ofício 98 e da cópia da DIRPF/2005, entregues ao início da reunião, não são suficientes para a Comissão identificar e avaliar a suficiência das medidas adotadas pelo ministro para prevenir conflitos de interesses.

4. O ministro Romero Jucá, sobre as manifestações dos Conselheiros, aduziu que:

4.1 O atraso na apresentação da DCI se deveu a problemas operacionais em seu gabinete, e a insuficiência das informações prestadas seguramente se deveu a problemas de compreensão quanto ao que seria relevante para a Comissão;

4.2 Considera ter o apoio do governo e do Presidente da República para o cumprimento de suas funções, como bem podem demonstrar os atos de gestão tomados no âmbito do MPS, inclusive com a troca de dirigentes considerados chave;

4.3 Buscará complementar o mais rapidamente possível as informações prestadas, apresentando à Comissão todos os interesses, diretos ou indiretos, seus e de familiares, que possam suscitar conflitos com o exercício da função pública, incluindo, em atenção à CEP, as explicações apresentadas às entidades públicas com responsabilidades por sua apuração, sobre as denúncias que vêm sendo veiculadas em órgãos da imprensa, demonstrando serem todas infundadas.

5. Fernando Neves agradeceu a presença do ministro e sua disposição em suprir a CEP com as informações faltantes sobre interesses seus e de demais familiares que possam suscitar conflitos com a função pública. Na oportunidade, repetindo o que é feito quando Ministros de Estado comparecem à CEP, entregou-lhe edições do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo Federal e disse que a Comissão aguardaria a prestação das informações complementares.

6. Finda a participação do ministro, a reunião prosseguiu com o exame das seguintes matérias:

6.1 Ata da reunião realizada em 2.5.2005: aprovada;

6.2 Consulta da Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF sobre quarentena: em princípio, não configura conflito o exercício de atividade docente após deixar o cargo. No entanto, aguardar os esclarecimentos adicionais a serem prestados pela SPE/MF sobre eventuais relacionamentos oficiais, diretos e relevantes entre essa secretaria e a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas - EPGE/FGV.

6.3 Pedido de reconsideração de decisão de Jom Tob Azulay, da Agência Nacional do Cinema - ANCINE: encaminhar para exame da relatora, Maria Victoria Benevides;

6.4 Solicitação de manifestação de Sérgio Mamberti, a propósito de informação prestada, referente à atuação profissional paralela: reprogramar para a próxima reunião, dada a ausência da relatora.

6.5 Informações recebidas do Ministério da Cultura - MinC sobre afastamento do país do ministro Gilberto Gil e sobre shows realizados e não realizados pelo cantor Gilberto Gil: encaminhado para a relatora Cármen Lúcia Rocha, com exame programado para a reunião de 2.6.2005.

6.6 Consulta do embaixador Sérgio Amaral sobre limites que devem ser observados para exercício de atividades privadas após deixar o cargo. Aprovada a proposta da Secretaria Executiva, no sentido de esclarecer ao interessado que, embora não exista período de quarentena

para Embaixadores, é recomendável: a) como integrante da carreira diplomática, consultar a área competente do próprio Ministério das Relações Exteriores quanto aos limites legais e regulamentares que deve observar para o exercício de atividade profissional quando em licença não remunerada ou após deixar o cargo; b) quanto aos limites éticos, após deixar o cargo ou quando dele licenciado para cuidar de assuntos particulares: i) observar a restrição para atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, em processo ou negócio do qual tenha participado, quando no exercício da função pública; ii) prestar consultoria a pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, valendo-se de informações não divulgadas publicamente a respeito de programas ou políticas do órgão ou da entidade da Administração Pública Federal a que esteve vinculado ou com que tenha tido relacionamento direto e relevante nos seis meses anteriores ao término do exercício da função pública.

7. Camilo Penna observou que a CEP agora dispõe de informações sobre Normas e Códigos de Conduta vigentes em outros países sobre controle dos seus Bancos Centrais. Disse considerar que, juntamente com a Previdência, o Banco Central tem potencial para abrigar grande exposição a desvios éticos. Assim, considera prioritário, como já tem dito na CEP, que a Comissão dê prioridade a um exame das informações disponíveis e de outras que se possa obter, para encontrar subsídios e referenciais para preparo de normas mais severas para o Banco Central, em particular sobre os conflitos de interesses envolvidos na sua relação com o Sistema Financeiro. Há notícias que o Governo prepara Projeto de Lei Complementar para regular o Banco Central. Seria bom, se assim for, que a CEP possa participar da elaboração dessa lei.

8. Fernando Neves, considerando a proximidade do encerramento do mandato do Ministro João Camilo Penna e sua intenção, declarada, de não ser reconduzido por razões exclusivamente pessoais, agradeceu em nome de todos a dedicação desse ilustre Conselheiro à Comissão de Ética Pública, convidando-o, desde logo, a continuar colaborando com a mesma. Camilo Penna agradeceu a todos a oportunidade de conviver com os companheiros, reafirmando sua crença no importante papel que cumpre à Comissão desempenhar para garantir a confiança da sociedade na conduta ética dos agentes públicos, em especial dos ocupantes dos altos cargos da administração.

9. Fernando Neves registrou e agradeceu a presença, em alguns momentos da reunião, do representante setorial da CEP junto ao Ministério da Fazenda, Diniz Imbroisi.

10. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Mauro Bogéa  
Secretário